

# Brasil e Alemanha caminham para o fim da bitributação

Setor privado vê clima favorável para retomada de acordo após reforma no Brasil

Por **Marta Watanabe e Tatiana Schnoor** — De São Paulo  
23/04/2025 05h01 - Atualizado há 5 horas

Mudanças nas regras tributárias no governo atual e a evolução da política brasileira para acordos tributários criam cenário considerado favorável pelo setor privado e governo para se chegar a um novo acordo entre Brasil e Alemanha pelo fim da bitributação.

Os dois países tinham um acordo nesse sentido que foi assinado na década de 70 e vigorou até 2005, quando foi denunciado pela Alemanha por divergências nos seguintes pontos: regras de preço de transferência; as chamadas “cláusulas de tax sparing matching credit”, algo que comumente se traduz como crédito presumido, e a tributação de serviço técnico, que envolve a discussão sobre o tratamento dos royalties.

Vinte anos depois, o maior interesse em um novo acordo pelas 1.600 empresas alemãs instaladas no país e que representam até 10% do PIB industrial nacional não é novo, mas ganha impulso num contexto em que as tarifas do presidente americano, Donald Trump, prometem redesenhar o cenário das relações comerciais globais.

“

## Esperamos uma revitalização da parceria estratégica entre Brasil e Alemanha”

— Frederico Lamego

A expectativa sobre a tramitação do acordo UE-Mercosul e a entrada da China no mercado automobilístico brasileiro, setor com forte presença alemã, também compõem o pano de fundo.

Estudo da Tendências Consultoria, encomendado pela Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo, buscou dimensionar potenciais efeitos econômicos de um Acordo Bilateral para evitar Dupla Tributação (ADT) entre os dois países.

## Estimativas positivas

Os dados estimam impactos positivos na atração de investimentos estrangeiros diretos no período de 2010 até hoje, tendo como referência 39 países, e na balança comercial do Brasil, no período de 1997 até 2022 (ver quadro abaixo).

Em investimentos estrangeiros diretos, o Brasil teria recebido 40% a mais sobre o estoque analisado de US\$ 13,2 bilhões quando se comparam os países que têm ADT com o Brasil com os que não têm no período de 2010 em diante, indica o levantamento.

## Acordos em profusão

ADTs com o Brasil nas principais economias europeias

País	PIB 2022 (US\$ bilhões correntes)	ADT com Brasil
Alemanha	4,08	Não
Reino Unido	3,09	Sim
França	2,78	Sim
Itália	2,05	Sim
Espanha	1,42	Sim
Países Baixos	1,01	Sim

Fonte: Tendências Consultoria

Já com relação às exportações, o aumento seria de 19%, e nas importações, de 14%, na comparação com países que não têm o ADT. O período analisado foi de 1997 a 2023, sendo que o antigo ADT perdeu a validade em janeiro de 2006.

“Pela modelagem econométrica aplicada, que buscou usar séries longas, quanto maior o tempo da ADT maior o efeito positivo para ambos os lados. Então, não adianta ter um acordo de cinco anos porque será limitado. A estabilidade de regras tem efeitos mais importantes para as variáveis econômicas”, destaca Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria.

## Parceria

A Alemanha é o principal parceiro comercial do Brasil na Europa e o quarto de forma global. Em 2024, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 19,5 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 5,8 bilhões e importações de US\$ 13,7 bilhões, de acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores.

O vice-presidente e titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Geraldo Alckmin, tem dito que o tema está sendo encaminhado dentro do governo e técnicos próximos à pasta entendem que as principais controvérsias que levaram à denúncia do acordo, em 2025, são “negociáveis”.

Ricardo Galendi Júnior, tributarista do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri, diz que, desde que foi negociado, o tema de um novo acordo entre Brasil e Alemanha costuma vir à tona em alguns períodos, mas, mais recentemente, em contato com os clientes, percebe-se um movimento mais forte do setor privado nesse sentido. Uma política tributária de acordos por parte do Brasil um pouco mais maleável atualmente contribui para isso, diz.

O acordo entre Brasil e Alemanha foi negociado em 1975, lembra. “A década de 70 foi um período muito bom para a política brasileira de acordos, foi a chamada fase formativa da rede de acordos brasileira.” Os acordos para evitar bitributação, explica, fazem com que os países envolvidos tenham que definir os direitos de tributação de cada um sobre os rendimentos transfronteiriços, o que demanda concessões de cada lado.

## Modelo da OCDE

O primeiro modelo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é da década de 60 e privilegia os interesses dos países exportadores de capital, observa Galendi.

Portanto, o tratamento de royalties, dividendos e juros, nesse modelo, privilegia a tributação no país da residência, que é o país da matriz, no caso de empresas estrangeiras com operações no Brasil. Na década de 70, o Brasil foi muito protagonista em fazer um antagonismo para esse modelo do OCDE, explica.

E isso, de alguma forma, diz Galendi, também culminou na edição do modelo da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1980. Esse modelo cede um pouco mais para o país da fonte - que seria no caso o Brasil, considerando investimentos de empresas alemãs no país - os direitos de tributar.

“Por isso, na década de 70, conseguimos um acordo com a Alemanha nesses termos, que privilegiava o direito do Brasil em grande medida. Foi uma conquista importante dessa política autônoma de acordo de tributação na época.” Naquele período, lembra, o Brasil era visto de maneira mais clara como um país subdesenvolvido, o que também facilitou esses termos. “Nos anos 2000, porém, o tom da conversa mudou um pouco. O Brasil passou a ser visto como um país de renda média e o que a Alemanha entendia como concessões não se justificavam.”

Os chamados preços de transferência, uma das causas apontadas pelos alemães para o fim do acordo, são o instrumento aplicado para apurar o lucro tributável em operações de importação e exportação entre empresas do mesmo grupo.

Na época em que o acordo foi denunciado, ressalta Galendi, o Brasil adotava um cálculo com margens pré-determinadas para apuração do lucro, que não necessariamente faziam sentido econômico. “Isso gerava problemas da perspectiva dos alemães e foi levado à mesa à época.” Hoje, diz, esse problema não existe mais, porque a Lei 14.596, de 2023, a regra dos preços de transferência mudou e se alinhou com as da OCDE.

As cláusulas do chamado crédito presumido do antigo acordo eram as que mais eram consideradas pelos alemães como um favor, diz. “Porque no fundo elas obrigavam a Alemanha a conceder um crédito fictício, ainda que o tributo não tivesse sido efetivamente pago no Brasil. Na década de 70, 80, isso era um elemento muito forte da política brasileira de acordos. Era uma condição que o Brasil impunha na época. Inclusive essa na época foi a razão pela qual o Brasil não conseguiu celebrar um acordo para evitar bitributação com os Estados Unidos.”

Hoje, porém, os acordos mais recentes para evitar bitributação não têm mais essas cláusulas de crédito presumido, aponta. “Podemos dizer que existe uma aceitação maior do Brasil em negociar acordos com ausência dessas cláusulas.”

Em relação a serviços técnicos, o Brasil tinha uma posição de que as remessas de royalties se qualificavam como “outros rendimentos” na convenção modelo. Isso significava, na época, uma tributação na fonte de 15% sobre o valor bruto dessas remessas. A Alemanha defende que remessas de royalties compõem o lucro das empresas e entraria na conta do resultado líquido para fins de tributação.

O Brasil, diz Galendi, tem negociado nos acordos uma cláusula específica sobre isso, baseada no modelo da ONU, que dá direito ao país da fonte de tributar essas remessas, mas elimina essa insegurança jurídica a respeito da qualificação.

“Não é totalmente o que os alemães gostariam. A posição do Brasil de tributar serviço na fonte dessa forma é heterodoxa, mas não é absurda. Não é tão excepcional na experiência internacional. É uma política tradicional de país latino-americano e faz parte do jogo. É lógico que, como país da OCDE, a Alemanha quer determinadas condições.”

Para Galendi, o ponto de controvérsia que poderia existir num novo acordo está focado, portanto, na questão da remessa de serviços. “Mas o cenário para isso é muito melhor do que o que tínhamos em 2005.” Fontes técnicas próximas ao Mdic dizem que as questões que causaram a denúncia no passado podem ser superadas em negociação. Elas frisam que “não necessariamente, por exemplo, o Brasil abrirá mão da tributação sobre serviços, mas os temas são negociáveis”.

Os técnicos da pasta têm posição considerada “tradicionalmente favorável” a um novo acordo, o que contribuiria para maior segurança jurídica nas negociações bilaterais, com elevação de investimentos, exportações e aquisição de tecnologia.

## Agenda convergente

Na visão dos empresários alemães, o Brasil e a Alemanha têm uma agenda de interesses convergente em diversos aspectos, mas os que envolvem tecnologia e inovação, sustentabilidade e combustível sustentável se destacam no momento.

No que se refere à tecnologia e inovação, as indústrias do mundo estão passando por uma transformação. É cada vez mais intensivo o uso de tecnologias de ponta, como inteligência artificial, no processo fabril. A Alemanha já está inserida nesse ecossistema. O Brasil, por sua vez, precisa importar tecnologias para fortalecer a sua indústria. “A importação dessa tecnologia é muito cara sem um acordo bilateral que acabe com a bitributação”, diz Sheila Pieroni, gerente de Assuntos Governamentais da empresa alemã de engenharia e tecnologia Bosch. Por outro lado, o Brasil é considerado competitivo em tecnologia, especialmente pela qualidade da mão de obra, segundo Afonso Lamounier, diretor de Assuntos Governamentais da empresa alemã de tecnologia SAP. A multinacional tem 18 centros de inovação pelo mundo, um deles está no Brasil, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde 2 mil funcionários fazem desenvolvimento e suporte de software para o mundo inteiro. “Certamente poderíamos trazer mais investimentos com o fim da bitributação”, diz Lamounier.

A adoção dessas tecnologias de ponta também exige um aumento no consumo de energia pela indústria. O preço da energia na Alemanha ficou pressionado desde a guerra na Ucrânia lançada pela Rússia, que era o principal fornecedor de gás para o país. O governo alemão se viu obrigado a lançar um plano de diversificação de fontes, buscando ampliar sua base para energias renováveis para suprir especialmente a base industrial.

Nesse contexto, o Brasil tem sido visto como parceiro estratégico pelo empresariado alemão como fornecedor de energia limpa de forma escalável e de longo prazo. “Há grande perspectiva de negócios com o Brasil. Estamos interessados em energia verde, como hidrogênio, em tecnologias e também minerais críticos”, diz Jochen Köckler, chairman da Deutsche Messe AG, que gerencia a maior feira de tecnologia industrial do mundo, que acontece em Hannover, na Alemanha, neste mês. O evento reúne mais de 4 mil expositores e 300 startups do mundo todo.

Em 2026, o Brasil será o país parceiro desse evento. “Nós escolhemos o Brasil justamente pela sua potencialidade como parceiro estratégico de longo prazo, especialmente em um momento geopolítico como o atual. A Europa e a Alemanha têm que reagir a essa nova situação. É preciso diversificar as parcerias comerciais, essa é uma lição aprendida. Esperamos que o presidente Lula venha ao evento no ano que vem”, ressalta o executivo.

Para o Brasil, o evento representa uma oportunidade de apresentar a política industrial “Nova Indústria Brasil” na Alemanha. “É uma vitrine para o país e um momento perfeito. Pretendemos levar mais de 200 empresas brasileiras, 100 startups e universidades. Queremos apresentar produtos e serviços tecnológicos e inovadores da agroindústria, do setor de energia, como o biocombustível, energia solar, hidrogênio verde, possibilidades em minerais críticos e data centers”, afirma o presidente da Apex Brasil, Jorge Viana.

A agenda de transição energética e a de transformação tecnológica são temas relevantes para o Brasil, diz Frederico Lamego, o superintendente de relações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Esperamos uma revitalização da parceria estratégica entre Brasil e Alemanha. O tema bitributação e os demais serão pauta do encontro com empresários, em junho deste ano, na Bahia”, que é quando acontece Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA) para discutir oportunidades de negócios e cooperação.